



ACTA N.º 3/2007

Reuniu, aos 07 de Junho de 2007, pelas 15H30, na sede da Ordem dos Advogados, sita à Rua Ho Chi Min, Edifício da Direcção Nacional de Estatística, o Conselho Nacional, sob a presidência do Dr. Manuel Vicente Inglês Pinto, Bastonário da Ordem, com a seguinte proposta de ordem de trabalhos:

- 1- Leitura da Acta da última Assembleia Geral;
- 2- Realização da 2.ª Conferência Nacional de Advogados;
- 3- Análise da informação prestada contra um dos membros do Conselho Provincial de Benguela;
- 4- Ponto de situação da Delegação da OAA em Cabinda;
- 5- Análise da informação prestada à Ordem pelo Ministro do Interior em Exercício sobre a situação dos Advogados Carlos Burity e Eduardo Sambo;
- 6- Regulamentos do CEF e do Centro de Práticas Jurídicas da Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto;
- 7- Participação da OAA na Assembleia Geral Extraordinária da UALP em Lisboa;
- 8- Diversos.

Presenças:

Dr.ª Teresa Marçal;
Dr.ª Pulquéria Van-Dúnem Bastos;
Dr.ª Fátima Neto;
Dr.ª Solange Machado;
Dr. Luís Filipe Pizarro;
Dr. João André Pedro;
Dr. Dr. Machila dos Santos;
Dr. Flaviano Mafiló – Secretário Executivo da OAA;

Ausências:

Dr. Moisés David (Justificada);
Dr. António Joaquim (Justificada);
Dr. Valentim Comboio (Injustificada);
Dr. Martinho Nombo (Injustificada);

Antes de entrar para análise e discussão dos pontos constantes da Ordem de Trabalhos, o Sr. Bastonário apresentou uma série de questões prévias, começando por chamar atenção aos membros do Conselho Nacional pela fraca participação destes nas actividades da Ordem e sugeriu que se analisasse, na próxima reunião do Conselho Nacional, o balanço das suas actividades desde a tomada de posse até ao momento;

Rua Ho Chi Min (Edifício da Direcção Nacional de Estatística)

TEL. 322777/326330

INTERNET: www.oaang.org

E-Mail: ordemadvogadosangola@netangola.com

Contrib.N.º 0.95.507/00.0

Luanda - Angola

O Bastonário prestou informações sobre a situação do terreno para onde está prevista a construção da futura sede da Ordem, afirmando que todos os esforços estão a ser conjugados com vista a regularização da situação. Também deu a conhecer ao Conselho Nacional sobre um acordo de cavalheiros firmado com a União dos Escritores Angolano na pessoa do seu Secretário Geral, no sentido de se aproveitar o espaço adjacente à sede daquela Instituição para, em conjunto, nele ser erguido edifício onde possa funcionar a sede da União dos Escritores Angolanos e, eventualmente, a da Ordem dos Advogados, sem embargo do projecto na Rua Amílcar Cabral;

O Bastonário chamou a atenção dos membros para a necessidade da execução de todas as tarefas constantes do programa de candidatura, como sejam, a implementação dos Centros de Assistência Judiciária, Comissão dos Direitos Humanos, Conselhos e Delegações Provinciais da OAA, de modo a dar visibilidade da implementação do programa da Direcção;

Foi referido pelo Sr. Bastonário as dificuldades que vem enfrentando na organização e compatibilização da sua agenda de trabalhos com a do Vice-Presidente do Conselho Nacional, tendo em conta o crescente número de compromissos da Ordem.

O Dr. Pizarro concordou inteiramente com as questões levantadas pelo Sr. Bastonário e alertou o Conselho Nacional, na pessoa do Sr. Bastonário, no que tange ao acordo de cavalheiros firmado com a União dos Escritores Angolanos, para a necessidade da averiguação da legalidade do terreno ou seja saber se a referida Instituição tem ou não sobre o terreno o Direito de Superfície.

Exortou ainda o Conselho Nacional no sentido de ser outra vez convocado o Dr. Gracione Paulo, uma vez que não apareceu aquando da primeira Convocatória pelo Sr. Bastonário, para junto do Conselho Nacional prestar informações sobre a situação do terreno para a futura Sede da OAA. Continuou, afirmando que, o facto de o Dr. Gracione não ter respondido por escrito à Convocatória do Sr. Bastonário representa uma autêntica falta de respeito à Instituição e ao Sr. Bastonário.

O Conselho deliberou, então, que o Sr. Bastonário e o Dr. Pizarro irão envidar esforços no sentido de, em companhia do Dr. Gracione Paulo, serem encontradas as soluções para o imbróglio em que se encontra o referido terreno;

A Dr^a. Pulquéria teceu algumas considerações relativamente à existência de um grupo de advogados preocupados com a futura direcção da OAA. Comentou dizendo que até ao momento não ouviu nada a respeito, entretanto, é de opinião que tal situação, a ser verdade, não deve ser ignorada, pois a experiência nos aconselha a tratarmos destas questões com a maior brevidade possível;

O Dr. Machila ao tomar a palavra sugeriu uma alteração ao ponto 4 da Ordem de Trabalhos consubstanciada na necessidade da abordagem da situação das Delegações e Conselhos Provinciais;

Fez um breve comentário sobre a participação do Vice- Presidente nas actividades da OAA, sugerindo soluções;

Rua Ho Chi Min (Edifício da Direcção Nacional de Estatística)

TEL. 322777/326330

INTERNET: www.oaang.org

E-Mail: ordemadvogadosangola@netangola.com

Contrib.N.º 0.95.507/00.0

Luanda - Angola

Findas as questões prévias,

1. Foi aprovada a Ordem de Trabalhos com duas alterações. A primeira relativa à correcção do ponto n.º 1, passando a ter o seguinte teor : Leitura e aprovação da acta da última reunião do Conselho Nacional. Porém, como já havia sido lida e aprovada, foi excluída dessa Ordem de Trabalhos; e a segunda com inserção no ponto 4 da discussão sobre as Delegações e Conselhos Provinciais;

2. Nesse ponto, o Sr. Bastonário deu a conhecer ao Conselho Nacional acerca do tema que norteará a 2ª Conferência Nacional de Advogados, "**Advocacia, o Direito e o Acesso à Justiça**". Dada à magnitude do evento, o Bastonário sugeriu a criação de uma Comissão Organizadora e que, segundo deliberação do Conselho, a constituição da mesma ficará a cargo do Sr. Bastonário em colaboração com a Drª. Pulquéria e o Dr. Pizarro.

A Drª. Teresa Marçal sugeriu que integrassem essa Comissão, sobretudo, aqueles advogados que nunca participaram em Comissões da OAA para que se sintam úteis à Instituição, pois, acha que a fraca participação de muitos advogados nas actividades da Ordem deve-se ao facto de muitos deles caírem sempre no esquecimento quando se pretende levar avante na Ordem actividades do género;

3. O Bastonário começou por louvar o bom funcionamento do Conselho Provincial de Benguela da Ordem dos Advogados, salientando o trabalho que lá se tem feito. De seguida foi dada a palavra ao Dr. Machila, na qualidade de Presidente do Conselho Provincial de Benguela para se pronunciar sobre o assunto.

O Dr. Machila começou por refutar as acusações que pesavam sobre si, segundo as quais o Presidente do Conselho Provincial de Benguela praticava arbitrariedades contra colegas, apresentadas pelo Advogado Fernando Reis, afirmando, categoricamente, que as mesmas, não correspondiam à verdade. Comentou ainda a atitude do advogado que, no seu entender, representa uma afronta à Direcção do Conselho Provincial de Benguela, pois, agiu como se de Presidente daquele Conselho se tratasse. Continuou dizendo que a apresentação de escusa relativamente ao patronato do Dr. Miranda Pinto foi motivada pela falta de ética e violação dos Estatutos por este estagiário, pois, várias vezes o estagiário foi ao tribunal litigar contra o seu patrono;

Aproveitou o momento para, igualmente, informar ao Conselho Nacional das razões pelas quais havia apresentado a sua escusa relativamente ao patronato do Dr. José Cangombe, pois, este, segundo o Dr. Machila, deixou de aparecer no escritório do patrono pura e simplesmente e nem sequer, ousou informar ao Conselho Provincial de Benguela;

Depois de ouvido o Dr. Machila, ante à delicadeza da situação, o Dr. Pizarro sugeriu que se indicassem dois membros do Conselho Nacional para que se deslocarem a Benguela com o intuito de se apurar a situação com profundidade. Entretanto, o Dr. Machila sugeriu dizendo que era desnecessário a deslocação de Colegas a Benguela só com essa finalidade,,

porquanto os documentos em posse do Conselho Nacional bastavam para a análise dos factos e tomada de uma deliberação.

A Dr^a. Pulquéria sugeriu ao Conselho para que chame atenção ao Colega Dr. Fernando Reis pela falta de urbanidade que teve para com o Dr. Machila dos Santos, na qualidade de Colega e de Presidente do Conselho Provincial de Benguela da Ordem dos Advogados.

Também chamou atenção ao Conselho, uma vez que o Dr. Machila não concordava com a direcção do estágio do Dr. Miranda Pinto pelo Dr. Fernando Reis, dizendo que o Dr. Machila não deve determinar quem é que deve ser o patrono dos estagiários;

Porque o estagiário em causa, até ao momento tem o seu estágio parado, o Dr. Machila opinou no sentido de ser tomada uma decisão para permitir a continuidade do estágio do Dr. Miranda Pinto solicitando ao Dr. Fernando Reis que oficialize junto da Ordem a aceitação da direcção do estágio do advogado em causa;

Para pôr fim à situação, o Conselho deliberou marcar um encontro entre o Bastonário, os Drs. Pulquéria Bastos, Machila dos Santos e Fernando Reis.

Ainda sobre a situação em Benguela, o Presidente daquele Conselho, informou que tem se deparado com inúmeras dificuldades causadas sobretudo por aqueles estagiários que estão inscritos naquele Conselho e cujos patronos aí não residem. Porque tal situação vai contra os objectivos específicos do estágio, porquanto o estagiário deve fazer o seu estágio no escritório do patrono e com o patrono para que tenha o acompanhamento que se pretende, o Conselho concordou com a sugestão apresentada pelo Bastonário consubstanciada num encontro de concertação entre o Sr. Bastonário e o Presidente do Conselho Provincial de Benguela para a resolução do problema;

4. O Dr. João Pedro, como Coordenador da Comissão de Acompanhamento dos Conselhos Provinciais e Inter-Provinciais, informou ao Conselho Nacional sobre o mau clima que se vive entre os advogados inscritos pela província de Cabinda causado por questões políticas e pelo mau desempenho do Delegado da OAA naquela Província. Chegou-se mesmo a aventar a possibilidade de se mudar de Delegado ou até de se realizarem eleições para a escolha do Presidente do Conselho Provincial, caso exista o número de advogados previstos para a criação de um Conselho Provincial. Para o efeito, foi orientado o Dr. João Pedro a fim de se informar sobre o número exacto de advogados inscritos para aquela província;

Relativamente às instalações onde deverão funcionar a Delegação da OAA em Cabinda, o Dr. João Pedro fez saber ao Conselho Nacional que sobre as mesmas esta pendente um litígio entre o proprietário e os filhos. Entretanto, o Bastonário orientou o Coordenador da Comissão de Acompanhamento dos Conselhos Provinciais e Inter-Provinciais para informar o Delegado que até ao dia 15 de Julho deverá apresentar à OAA as instalações já restauradas, uma vez que, já foram, há algum tempo, disponibilizadas as verbas para restauração do imóvel pelo Governo da Província de Cabinda;

Rua Ho Chi Min (Edifício da Direcção Nacional de Estatística)

TEL. 322777/326330

INTERNET: www.oaang.org

E-Mail: ordemadvogadosangola@netangola.com

Contrib.N.º 0.95.507/00.0

Luanda - Angola

Em relação à Província da Lunda-Norte, o Dr. João Pedro deu a conhecer ao Conselho sobre a existência de duas instalações, uma que servirá para a futura sede da OAA nessa província e outra que será utilizada como casa de trânsito para os advogados que aí se deslocarem no exercício das suas actividades;

Ainda informou ao Conselho da existência de condições para a instituição de um Conselho Inter- Provincial na região Sul;

5. Face à informação prestada pelo Ministro do Interior em Exercício, relativamente à situação dos advogados Eduardo Sambo e Carlos Burity da Silva no Ministério do Interior e , sobretudo, em relação à patente que os mesmos ostentam, o Conselho deliberou em confirmar a decisão tomada pela Presidente do Conselho Provincial de Luanda de suspender, por incompatibilidade, esses advogados;

Foi confiada à Dr^a. Pulquéria a missão de elaborar o despacho de suspensão e ficou assente que tal medida deverá ser publicitada nos Tribunais, no site da OAA e no seu Boletim;

6. Porque já se tinha terminado com análise dos Regulamentos do CEF, o Conselho deliberou indicar o Dr. António Joaquim a tarefa de apresentar, no prazo de 15 dias, a versão final;

Quanto aos Regulamentos sobre o Centro de Práticas Jurídicas da Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto o Conselho deliberou emitir um parecer à Faculdade, indicando com pormenor as vantagens e desvantagens do funcionamento do referido Centro e sugerindo soluções para o acautelamento das consequências menos boas que daí podem advir;

Se encarregará pela emissão do Parecer o Dr. Luís Filipe Pizarro;

7. Dada à delicadeza dos temas a serem abordados nas Assembleia da UIA e UALP o Conselho deliberou criar uma Comissão forte para representar a OAA nesses eventos.

O Bastonário informou ao Conselho acerca da solicitação de patrocínios à Fesa para a aquisição dos bilhetes de passagem para os membros integrantes da referida Comissão. Segundo o Bastonário, os membros que não forem indicados para integrarem a Comissão e que estiverem interessados em participar daqueles eventos, não estão impedidos de o fazer, desde que arquem com as despesas;

8. Diversos:

- O Bastonário deu a conhecer ao Conselho sobre a possível ida ao Brasil de um membro do Conselho Provincial, dois do Centro de Documentação e Formação e um dos Serviços Administrativos para se inteirar sobre o funcionamento da Ordem dos Advogados nas suas mais variadas vertentes;

- 1º Seminário sobre regime jurídico-laboral e de Segurança Social: Sobre este que foi co-organizado pelo Instituto for Internacional Reserarch e o Escritório Fátima Freitas, o Conselho foi unânime em afirmar que, pelo facto desta Instituição não estar, em Angola, legalmente constituída, não pode organizar eventos do género. Assim, deliberou em oficiar à Polícia Económica, os Serviços de Migração e Estrangeiros, etc, alertando-os sobre o facto;

Rua Ho Chi Min (Edifício da Direcção Nacional de Estatística)

TEL. 322777/326330

INTERNET: www.oaang.org

E-Mail: ordemadvogadosangola@netangola.com

Contrib.N.º 0.95.507/00.0

Luanda - Angola

- Instalações para a Sede do Conselho Provincial de Luanda: A sua Presidente informou o Conselho da existência de um imóvel arrendado para o efeito e que neste momento se está a recolher facturas pro-formas para as obras de beneficiação que o mesmo reclama;

- Ciclo de Palestras co-organizadas pela UALP e OAA : O Sr. Bastonário forneceu aos membros o esboço do programa e solicitou aos membros os devidos comentários que poderão ser apresentados na próxima sessão do Conselho Nacional;

- Pedido de autorização excepcional ao exercício da advocacia pelo Advogado Estagiário Adriano Gabriel Ndemupomito : O Conselho Nacional deliberou informar ao ilustre advogado que, apesar de ter sido nomeado para o cargo de Delegado da Justiça na Província do Kunene, não se encontra em situação de incompatibilidade, mas apenas de impedimento, não podendo, no caso, advogar contra o Estado;

- Informação prestada pelo Dr. Manuel Ventura relativamente ao Proc. N.º 3065/07 - DPIC : O Conselho deliberou exortar o Colega a devolver os valores recebidos e alertá-lo para facto de não ser ético a recepção directa de valores a clientes;

- Participação contra o Dr. António Joaquim pelo Dr. Evaristo da Silva e Rocha : O Conselho deliberou solicitar ao Dr. António Joaquim um pronunciamento no prazo de 15 dias;


- Reclamação apresentada à Ordem pelo Colectivo de trabalhadores da Endiama RST e Luzamba no âmbito da participação feita contra o advogado António Fernando Ginga: O Conselho deliberou informar aos reclamantes que o processo corre os seus trâmites e alertá-los para que, de futuro, quando estiverem a se dirigir para instituições como a Ordem dos Advogados, que o façam com urbanidade;

A Drª. Pulquéria aproveitou a oportunidade para falar das dificuldades que têm estado a encontrar na análise das alegações apresentadas pelo Dr. Fernando Ginga no âmbito do recuso interposto por esse advogado à decisão tomada pelo Conselho Nacional sobre a participação contra esse advogado pelos ex - trabalhadores da Fina Petróleo. A Drª. Pulquéria garantiu apresentar as conclusões do processo no prazo de 15 dias.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada, quando eram 18H40M, dela se lavrando a presente acta, que depois de aprovada, será assinada pelo Bastonário.

Luanda, 08 de Junho de 2007

O BASTONÁRIO



Manuel Vicente Inglês Pinto

Rua Ho Chi Min (Edifício da Direcção Nacional de Estatística)

TEL. 322777/326330

INTERNET: www.oaang.org

E-Mail: ordemadvogadosangola@netangola.com

Contrib.N.º 0.95.507/00.0

Luanda - Angola